

## APRESENTAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define e regulariza a organização da educação brasileira, estabelece a obrigatoriedade do ensino da língua inglesa a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. Nesse sentido, inexistem diretrizes oficiais nacionais que orientem a oferta dessa disciplina nos anos iniciais da Educação Básica, bem como a formação de professores para esse contexto.

Entretanto, apesar de seu caráter facultativo, o ensino de línguas estrangeiras para crianças, já consolidado há tempos nas escolas regulares particulares, está cada vez mais presente na rede pública de ensino.

Nessa conjuntura, é importante compreender e problematizar a maneira como tem sido conduzido o processo de ensino-aprendizagem-avaliação de línguas estrangeiras na infância, bem como a formação dos profissionais responsáveis por atuarem na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I. Sendo assim, este dossiê temático, intitulado “Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras para crianças: revisando e construindo práxis educacionais” reúne nove trabalhos de pesquisadores que se dedicam a esse tema.

No primeiro artigo, “O ensino de inglês nos anos iniciais da escola pública: Por quê? Para quê? Para quem?”, Fernando da Silva Pardo discute a implementação da disciplina língua inglesa os anos iniciais da Educação Básica, seus objetivos, a ausência de orientações curriculares nacionais voltadas para esse contexto e a não inclusão da disciplina no Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Fundamental I. O autor ainda sugere que o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem da língua estrangeira na infância esteja voltado para a educação linguística.

Na sequência, o artigo “What is your favorite color?”: práticas de letramento crítico no ensino-aprendizagem da língua inglesa para crianças de 2 a 5 anos e a ruptura com padrões sociais, escrito por Liliane Salera Malta, apresenta reflexões sobre como práticas de letramento crítico no processo de ensino-aprendizagem da língua inglesa para crianças da Educação Infantil podem contribuir para a ruptura com padrões sociais pré-estabelecidos. A autora ainda

discorre sobre a falta de formação docente para esse contexto e reflete acerca dos motivos que justificam a oferta da disciplina língua inglesa cada vez mais cedo.

No artigo “Possibilidades nos modos de ensinar-aprender-conhecer línguas estrangeiras na educação infantil”, Alessandra Martins Constantino Cypriano e Luciana Pimentel Rhodes discutem a importância de se considerar a criança como um sujeito histórico e de direitos para ensinar língua estrangeira nesse nível de ensino.

Emanuelle Perissotto de Assis, no artigo “O estudo de caso de um projeto de ensino de língua inglesa para crianças: o espectro de uma formação e suas consequências para os professores”, analisa as impressões de professores quando conheceram o projeto *Early Bird* e sua proposta metodológica. Em sua análise, a autora sinaliza um retrocesso na profissionalização docente.

No quinto artigo deste dossiê, intitulado “Quanto mais cedo, melhor”?: Implicações epistemológicas para a educação linguística de crianças, Marianna Cardoso Reis Merlo retoma a discussão sobre a melhor idade para aprender línguas estrangeiras e apresenta as implicações epistemológicas para a educação linguística de crianças ao se aderir às teorizações relacionadas à hipótese do período crítico.

Rita de Cássia Barbirato, João Paulo Buzinari de Souza, Maria Julia Paduan Aranha e Thaís Helena Giacobbe Brugnerotto relatam, no artigo “Professores rumo a um ensino contextualizado de inglês para crianças na rede pública de ensino: um recorte de experiência”, a implementação de uma unidade didática nas aulas de língua inglesa voltadas para o terceiro ano do Ensino Fundamental, elaborada ao longo de um curso de Formação de Professores de Inglês para crianças no interior do Estado de São Paulo. A experiência revela a possibilidade de se desenvolver um trabalho contextualizado nas aulas de língua estrangeira para crianças.

Considerando que a avaliação das crianças nas aulas de língua inglesa, muitas vezes, é bastante subjetiva, Juliana Reichert Assunção Tonelli e Bruna Alessandra Graef Bueno, no artigo “O parecer descritivo na avaliação do ensino e da aprendizagem de crianças aprendendo inglês como língua estrangeira”, apresentam uma grade de critérios avaliativos norteadores para orientar e registrar o progresso das crianças nas aulas de inglês.

No artigo “A formação em serviço e o desenvolvimento profissional de professores de inglês para crianças”, Ana Paula Lima apresenta as percepções de professores de língua inglesa do Ensino Fundamental I da rede pública de um município do interior de São Paulo acerca das experiências vivenciadas em uma formação embasada em perspectivas colaborativas e participativas. Além de mudanças na forma como as formações em serviço eram conduzidas, os professores destacaram a importância dos momentos de partilhas de experiência.

O último artigo, intitulado “Ensino-aprendizagem de inglês na educação infantil: considerações sobre multiletramentos e formação docente”, escrito por Ana Sara Manhabusque Galvão e Cláudia Jotto Kawachi Furlan, trata dos desafios de se ensinar língua inglesa na Educação Infantil e analisa a formação docente na perspectiva da pedagogia dos multiletramentos.

Agradecemos aos autores que compartilharam seus textos com este número temático da Revista PERcursos Linguísticos, cujo foco foi reunir trabalhos sobre ensino, aprendizagem, avaliação e formação docente em línguas estrangeiras para crianças. Agradecemos também aos membros do conselho editorial da revista. Esperamos que a leitura deste dossiê auxilie a revistar e (re)construir a prática educacional no ensino-aprendizagem de línguas na Educação Infantil.

Ana Paula de Lima

Cláudia Jotto Kawachi Furlan

Dezembro de 2019